



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 15ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Às nove horas e trinta minutos do dia 6 de dezembro de 1999, na sala 605 do edifício-
2 sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Plenário do CONARQ,
3 estando presentes os seguintes Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente;
4 representantes do Poder Executivo Federal: Coronel de Infantaria Dilencar Silva
5 Martins, do Ministério da Defesa (titular) e Oswaldo Noman, do Ministério do
6 Planejamento, Orçamento e Gestão (titular); representantes do Poder Judiciário Federal:
7 Almeria Machado Godoi, do Supremo Tribunal Federal - STF (titular); Maria Inês
8 Gonçalves de Oliveira Müller, do Tribunal Superior Eleitoral (titular) e Regina Lúcia
9 Brandão L. Jaeger, do Tribunal Superior do Trabalho (suplente); representantes do
10 Poder Legislativo Federal: Frederico Silveira dos Santos, da Câmara dos Deputados
11 (titular) e Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal (titular); representantes do
12 Arquivo Nacional: Maria Izabel de Oliveira (titular) e Maria Esperança de Rezende
13 (suplente); representantes de Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal:
14 Geraldo Mártires Coelho, do Arquivo Público do Estado do Pará (titular), e Regina
15 Rottemberg Gouvêa, do Arquivo Público do Estado do Paraná (suplente); representante
16 de Arquivos Públicos Municipais: Sueli Petry, do Arquivo Histórico de Blumenau
17 (titular); representante da Associação dos Arquivistas Brasileiros: Maria Hilda Pinto de
18 Araújo (suplente); representante de instituições mantenedoras de curso superior de
19 arquivologia: Jorge Eduardo Enríquez Vivar, da Universidade Federal de Santa Maria
20 (titular); representante de instituições não-governamentais da área de ensino, pesquisa,
21 preservação ou acesso a fontes documentais: Maria Celina D'Araújo, da Associação
22 Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Ciências Sociais - ANPOCS (titular).
23 Justificaram suas ausências: Jessie Jane Vieira de Sousa (titular), do Arquivo Público do
24 Estado do Rio de Janeiro; Lélia Gontijo Soares (titular), do Arquivo Geral da Cidade do
25 Rio de Janeiro; Mariza Bottino (titular) da Associação dos Arquivistas Brasileiros; Lana
26 Lage Gama Lima (titular) da Associação Nacional de Professores de História e Antonio

27 Carlos de Souza Lima (suplente), da Associação Nacional de Pós-Graduação em
28 Pesquisa e Ciências Sociais. Foram convidadas para secretariar os trabalhos da 15ª
29 reunião do CONARQ Marilena Leite Paes, assistente do Diretor-Geral do Arquivo
30 Nacional, na Coordenação do CONARQ/SINAR e Simone Frieiro da Silva, da
31 Coordenação do CONARQ. O Presidente abriu a sessão, dando as boas vindas aos
32 Conselheiros e prestando alguns esclarecimentos sobre a agenda da reunião,
33 previamente encaminhada aos Conselheiros. Explicou, ainda, que foram agendadas duas
34 reuniões e não uma só com duas sessões como de costume, para cumprirmos o número
35 regulamentar de reuniões anuais. Em seguida, o Presidente colocou em discussão a ata
36 da 14ª reunião do CONARQ, distribuída previamente aos Conselheiros a fim de que
37 tivessem tempo hábil para examiná-la. Indagou, então, dos Conselheiros se tinham
38 alguma alteração a propor. A Conselheira Maria Celina D'Araújo solicitou que fosse
39 suprimido seu nome dentre os membros que justificaram suas ausências, uma vez que,
40 naquela oportunidade, seu nome ainda não havia sido indicado formalmente pela
41 ANPOCS para integrar o CONARQ. Isto posto, o Presidente indagou se os presentes
42 teriam ainda alguma modificação a ser feita na ata. Como ninguém se manifestou, o
43 Presidente considerou a ata aprovada, com a alteração proposta por Maria Celina
44 D'Araújo. Oportunamente, a ata, devidamente retificada, será encaminhada aos
45 Conselheiros. Dando início ao desenvolvimento da pauta da 15ª reunião, o Presidente
46 informou que a resolução que dispõe sobre as sinaléticas técnicas a serem adotadas na
47 microfilmagem de documentos arquivísticos, já aprovada pelo Plenário em 12 de julho
48 de 1999, estava sendo novamente submetida aos Conselheiros, uma vez que ao ser
49 preparada sua redação final, para publicação no Diário Oficial da União, ficou
50 evidenciada a necessidade de se proceder a algumas alterações, não quanto ao conteúdo,
51 mas quanto à forma, a bem da clareza do texto. A Profª Esther Bertolletti, coordenadora
52 da Comissão Especial que elaborou a resolução, foi convidada para participar desta
53 reunião para proceder à apresentação das alterações introduzidas. Como a referida
54 professora não havia chegado até aquele momento, o Presidente propôs que se passasse
55 para o item 4 da agenda: "Balanço das atividades das Câmaras Técnicas e Grupos de
56 Trabalho", retornando-se, posteriormente, à apreciação da resolução das sinaléticas.
57 Passou, então, a palavra a Maria Esperança de Rezende, presidente da Câmara Técnica
58 de Avaliação de Documentos. A Conselheira Maria Esperança relatou que o programa
59 de trabalho de sua Câmara, para 1999, foi dedicado à revisão não só da Tabela de
60 Temporalidade como também do Código de Classificação, em parceria com a Câmara

61 Técnica de Classificação de Documentos, vez que os dois instrumentos se
62 complementam. Concluídos os trabalhos de revisão, e uma vez submetida à aprovação
63 deste Plenário, será editada a versão atualizada da Tabela e do Código. Maria Esperança
64 informou, ainda, que a partir de 1999 a Câmara de Avaliação passou a contar com a
65 colaboração do Advogado Jorge Albuquerque Mello, assistente jurídico do Ministério
66 da Justiça. O Presidente, complementando a exposição de Maria Esperança, informou
67 que, em final de novembro, o Arquivo Nacional dirigiu correspondência ao Ministro da
68 Justiça solicitando sua interveniência junto aos demais ministérios, no sentido de que
69 fossem encaminhadas ao Arquivo Nacional informações sobre a constituição das
70 respectivas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, previstas no Decreto
71 nº 2 182/97, bem como comentários e sugestões de alterações de prazos ou, ainda,
72 inclusões e exclusões de documentos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação
73 de Documentos, formuladas pelas unidades de documentação e arquivo dos referidos
74 órgãos. Prosseguindo, o Presidente deu a palavra a Maria Izabel de Oliveira, presidente
75 da Câmara Técnica de Classificação de Documentos, que prestou informações sobre as
76 atividades desenvolvidas em 1999, dando ênfase à revisão não apenas do Código de
77 Classificação de Documentos, propriamente dita, como, principalmente, do Índice
78 Alfabético, que facilita o acesso só ao Código de Classificação como também à Tabela
79 de Temporalidade. Para esse trabalho, a Câmara contou com a colaboração de Jerusa
80 Gonçalves de Araújo, especialista em indexação. Destacou, ainda, a inclusão da
81 referência legislativa, que dá suporte aos critérios estabelecidos na Tabela de
82 Temporalidade, e a ampliação da bibliografia consultada. Complementando sua
83 exposição apresentou, a título de ilustração, algumas alterações procedidas no Código,
84 bem como dificuldades encontradas em algumas áreas, como, por exemplo, na
85 classificação 067 Informática. O Conselheiro Oswaldo Noman, que integra os quadros
86 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela
87 coordenação da área de Informática do Poder Executivo Federal, ofereceu colaboração,
88 nesse sentido, à Câmara de Classificação de Documentos. Apartearam e ofereceram
89 igualmente colaboração os Conselheiros Regina Jaeger e Frederico Silveira dos Santos.
90 A Conselheira Maria Esperança pediu a palavra para informar sobre a questão levantada
91 pela UNI-RIO, a propósito do prazo de guarda de livros, cartões, folhas de ponto, abono
92 de faltas etc. Segundo a assessoria jurídica daquela Universidade o prazo de 52 anos (5
93 + 47) para guarda da referida documentação é excessiva. Em sua opinião, bastariam
94 apenas 5 anos, uma vez que a legislação vigente estabelece esse prazo de prescrição. A

95 Conselheira Esperança informou que a matéria fora analisada pelo consultor jurídico da
96 Câmara Técnica, o qual concordou com o prazo já fixado na Tabela, e pela assessora
97 jurídica do Arquivo Nacional, que, na sua opinião, dever-se-ia contar os 52 anos
98 previstos na Tabela mais 5 anos, para cobrir maior tempo da vida funcional. O assunto
99 foi amplamente discutido e apresentadas outras alternativas, a saber: aumentar o prazo
100 para 70 anos, um vez que o servidor público é aposentado compulsoriamente aos 70
101 anos de idade, utilizar a microfilmagem para garantir a guarda dos documentos a longo
102 prazo, sem necessidade de se dispor de grandes áreas de armazenamento, ou, ainda,
103 ouvir o órgão de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e
104 Gestão, que tem grande familiaridade com a matéria. O Presidente, voltou a se referir à
105 correspondência remetida, em novembro, ao Ministro da Justiça, solicitando sugestões
106 sobre a Tabela e o Código. Prosseguindo, o Presidente comunicou que as Sras. Ingrid
107 Beck, presidente da Câmara Técnica de Conservação de Documentos, e Daíse
108 Aparecida de Oliveira, presidente do Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais, não
109 poderiam comparecer a esta reunião e justificaram suas ausências. Assim, informou que
110 os dois trabalhos já aprovados pelo Plenário: Subsídios para a implantação de uma
111 política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço dos cidadãos e
112 Recomendações para a construção de arquivos estão em fase final de sua produção
113 editorial e que, tão logo esteja a mesma concluída, os originais serão encaminhados ao
114 Conselheiro Francisco Maurício da Paz, representante do Senado Federal, para que
115 sejam iniciados os entendimentos com a Gráfica do Senado, com vistas a sua impressão.
116 Dando prosseguimento à programação da agenda da reunião passou a palavra à
117 Presidente da Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos. Iniciando sua
118 exposição, a Sr^a Marilda Dias Alves fez uma recapitulação das atribuições da Câmara,
119 falou das atividades que vêm sendo desenvolvidas, bem como das dificuldades
120 encontradas na implementação de um projeto para realização de um Seminário de
121 capacitação de recursos humanos elaborado pela Câmara Técnica que preside,
122 principalmente no que se refere à obtenção de recursos financeiros. Por essa razão, o
123 enfoque do projeto desviou-se da capacitação, propriamente dita, para a sensibilização
124 de dirigentes e especialistas da área. Aludiu, em seguida, aos contatos mantidos com a
125 Sr^a Elisa Liberatori-Prati, do Banco Mundial, durante a Mesa Redonda realizada em
126 julho de 1999, a quem ofereceu cópia do projeto elaborado pela Câmara e de quem
127 recebeu cópia de um projeto do Banco Mundial, com os mesmos objetivos, isto é,
128 sensibilizar seus gerentes e funcionários públicos, incluindo o uso da Internet e material

129 para aprendizagem à distância. Tal projeto ainda se encontra em fase de planejamento.
130 Falou também da possibilidade de desenvolver o nosso projeto em Minas Gerais, no
131 mês de abril do próximo ano (2000), com o título de Gerenciamento de Informações
132 Arquivísticas - projeto piloto. Continuando, expôs detalhadamente o programa do
133 Seminário. A seguir, a Sr^a Marilda dirigiu-se ao Conselheiro Noman, representante do
134 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, indagando sobre como obter ajuda
135 daquele Ministério, visto que o tema do Seminário proposto enquadra-se nas
136 competências do MPOG. O Conselheiro Noman sugeriu que o projeto lhe fosse
137 remetido e que o examinaria e daria o encaminhamento mais correto. Poderia, inclusive,
138 manter contatos com a ENAP e promover um encontro da direção do Arquivo Nacional
139 com a direção da ENAP. Falou-se, ainda, sobre proposta de Carol Carr, apresentada
140 durante a Mesa Redonda, no sentido de que seja implantado no Brasil um projeto piloto
141 do Banco Mundial referente a arquivos correntes. Após os esclarecimentos sobre o
142 referido projeto, o Presidente passou a palavra ao Sr. Carlos Augusto S. Ditadi para
143 fazer uma breve exposição sobre as atividades desenvolvidas pela Câmara Técnica de
144 Documentos Eletrônicos, bem como sobre as dificuldades que tem enfrentado em
145 decorrência da própria complexidade da matéria. Falou, ainda, do acompanhamento
146 cuidadoso da Câmara em relação ao andamento de projetos de lei em tramitação no
147 Congresso Nacional, de modo especial o do senador Sebastião Rocha. Relatou, também,
148 as demandas específicas que são dirigidas com certa frequência ao CONARQ,
149 demonstrando, os indagadores, desconhecimento ou conhecimento superficial sobre as
150 terminologias da informação e o despreparo de seus pretensos usuários decorrente da
151 falta de estudo e discussão inerentes à matéria. Falou, também, da nova Comissão
152 Especial do CONARQ, constituída recentemente, para criação de "sites" de instituições
153 arquivísticas e instituição de GT em Arquivos Virtuais no Comitê Gestor da Internet, a
154 qual certamente trará subsídios para os estudos em desenvolvimento. Disse, ainda, que
155 sua intenção é criar discussões sobre o assunto, via Internet, e divulgar documentos
156 significativos para estudos sobre a matéria. A Conselheira Sueli Petry solicitou
157 orientação sobre a digitalização, uma vez que as autoridades de Blumenau estão
158 interessadas em utilizar tal recurso tecnológico no acervo do município e os empresários
159 da cidade estão disponibilizando recursos elevados para tal fim. O Sr. Carlos Ditadi
160 prestou amplos esclarecimentos, lembrando a necessidade de se proceder a estudos de
161 custo x benefício antes de qualquer tomada de decisão, acrescentando que "tudo pode
162 ser usado se é o que realmente precisamos". Continuando, alertou que, em geral, as

163 pessoas em lugar de se aprofundarem nos estudos do "como fazer", estão preocupadas
164 em saber "o que fazer" em cada caso específico. Concorda com tantos quantos se
165 manifestaram favoráveis à idéia de que há necessidade urgente do CONARQ apresentar
166 diretrizes sobre a matéria, lembrando que, para tanto, há que se reformular a
167 composição da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, que deverá contar com a
168 participação de especialistas em gestão de documentos, técnicos de informação e de
169 informática, de órgãos públicos e privados, com experiência acumulada na matéria,
170 capazes de contribuir significativamente para os objetivos colimados. Lembrou-se que,
171 se necessário, o CONARQ deverá buscar recursos financeiros para tornar possível a
172 participação dos técnicos que residem em outras localidades. O Presidente concordou
173 com as proposições apresentadas. O Conselheiro Vivar fez algumas considerações sobre
174 questões ligadas à digitalização de documentos e à documentação eletrônica. A primeira
175 é apenas um processo de reprodução. O problema refere-se à segunda questão, isto é, à
176 produção de documentos em meio eletrônico. A propósito, o Conselheiro fez um amplo
177 relato sobre o estágio atual dos estudos que vêm sendo desenvolvidos em âmbito
178 mundial, por meio de grupos de trabalho específicos para estudar a questão da
179 legislação da documentação eletrônica, em razão da demanda do intercâmbio de
180 informações entre os diversos países e governos do mundo inteiro, e que esta
181 comunicação seja reconhecida como válida. Assim, a questão da validade do documento
182 eletrônico, no seu modo de ver, o que faz mais falta, no momento, é um manual de
183 descrição arquivística que ofereça os padrões de identificação, codificação, descrição de
184 documento, para possibilitar a comunicação eletrônica, conforme se propõe pela
185 ISAAD. Carlos Ditadi concorda e lembra o trabalho que, nesse sentido, vem sendo
186 realizado por Luciana Duranti, que trata exatamente dos padrões que devem caracterizar
187 os documentos para que sejam legalmente reconhecidos. Concluindo, disse que há
188 necessidade basicamente de duas coisas: atributos e padrões - padrão de descrição e
189 atributo do registro. A Conselheira Regina retornou à idéia de que esses estudos devem
190 ser feitos pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos e que deveriam ser buscados
191 os meios materiais para permitir o desenvolvimento dos trabalhos aqui no Rio de
192 Janeiro. Carlos Ditadi, respondendo, disse que os Conselheiros compreenderam
193 perfeitamente as dificuldades por ele apontadas quanto à necessidade de se
194 desenvolverem estudos sobre essa matéria e que sua intenção é exatamente organizar
195 "papers" para ampliar as discussões e, assim, encontrar as soluções esperadas e
196 desejadas por todos. O Conselheiro Noman propôs que o Presidente da Câmara Técnica

197 de Documentos Eletrônicos apresentasse ao CONARQ uma proposta de trabalho,
198 indicando os recursos humanos e financeiros indispensáveis para que a Câmara possa
199 funcionar, bem como as dificuldades a serem vencidas com a colaboração de todos.
200 Carlos Ditadi sugeriu, de pronto, que uma grande ajuda seria que as entidades, órgãos
201 ou centros de pesquisa, os profissionais se reunissem em grupos de trabalho para
202 discutir o assunto e não transformar a Câmara e o CONARQ numa central de 0800 e
203 que juntos possam ser encontradas as soluções. O Presidente sugeriu ainda que os
204 Conselheiros, cada qual em seu âmbito de atuação, identifiquem pessoas ou
205 especialistas que vêm desenvolvendo estudos sobre a matéria e que as instituições às
206 quais estiverem vinculados possam patrocinar suas viagens ao Rio de Janeiro para
207 comporem a Câmara. Carlos Ditadi lembrou que mais importante do que reunir pessoas
208 é gerar conhecimento. O Presidente concordou e, porisso mesmo, julgou que se
209 especialistas e estudiosos como Carlos Ditadi vierem a se reunir na Câmara, esta,
210 certamente, alcançará os objetivos que dela se espera, isto é, a elaboração e a
211 apresentação das diretrizes e normas tão almejadas. Dando prosseguimento à agenda,
212 passou a palavra à Conselheira Almeria, Presidente do Grupo de Trabalho dos Arquivos
213 do Poder Judiciário. A Conselheira informou que o grupo de Trabalho iniciou suas
214 reuniões no dia 13 de maio, tendo realizado, durante 1999, nove reuniões. Esclareceu
215 que, no segundo semestre, os trabalhos do grupo não evoluíram muito em decorrência
216 da alteração ocorrida na presidência do Supremo Tribunal Federal, tendo assumido o
217 cargo, em substituição ao ministro Celso de Mello, que acompanhou e incentivou a
218 formação do grupo durante a sua gestão, o ministro Carlos Velloso que de início
219 questionou a sua legalidade, atrasando, com isso, o cronograma de implementação de
220 um diagnóstico de situação dos arquivos do Judiciário, que será realizado mediante
221 questionário a ser encaminhado aos Tribunais Estaduais por intermédio de um ofício do
222 presidente do STF, para, assim, atribuir à investigação a devida importância. Após os
223 esclarecimentos e a documentação apresentada pela Conselheira Almeria ao novo
224 presidente do STF, ministro Carlos Velloso, os problemas foram superados, e os
225 questionários já estão prontos para serem encaminhados juntamente com o ofício
226 elaborado pelo próprio ministro Carlos Velloso. Informou que, de início, haviam
227 decidido que o questionário não seria enviado em papel para estimular as respostas via
228 Internet, facilitando, assim, sua posterior tabulação. Entretanto, o Gabinete da
229 Presidência não concordou, optando pela remessa do questionário em papel no qual,
230 entretanto, consta a senha para aqueles que desejarem responder via Internet, o que,

231 como já se afirmou, será fundamental para sua tabulação. Continuando, informou que o
232 grupo se reuniu no dia 16 de novembro para examinar a possibilidade de sua
233 participação no XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia a ser realizado em Salvador,
234 em outubro de 2000. Esclareceu que se o cronograma do diagnóstico que estão
235 iniciando agora for desenvolvido conforme o programado, deverão realizar o II Fórum
236 de Arquivos do Poder Judiciário no final do primeiro semestre, em Brasília, num
237 Tribunal, com o ministro-presidente abrindo o evento. No Congresso poderiam fazer
238 uma mesa-redonda para divulgar os resultados do diagnóstico. O grupo está
239 entusiasmado e, tão logo comecem a dispor dos primeiros resultados, serão os mesmos
240 divulgados. Dando prosseguimento à pauta da reunião, o Presidente aproveitou os
241 minutos que antecederam ao horário de almoço para prestar informações sobre as
242 "Diretrizes e Ações do CONARQ para curto prazo (1999-2000), médio prazo (2001-
243 2003) e longo prazo (2004...)", descritas na página 14 do Documento Final da Mesa
244 Redonda Nacional de Arquivos, realizada de 13 a 15 de julho de 1999, promovida pelo
245 Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos e CONARQ. Esse documento foi
246 distribuído previamente a todos os Conselheiros, uma vez que, após exame deste
247 Plenário, servirá de base para a elaboração do Plano de Trabalho do CONARQ,
248 conforme recomendações da referida Mesa Redonda. O Presidente enfatizou alguns
249 itens, informando sobre a criação de duas novas Comissões Especiais: uma para
250 elaborar projeto do "Censo de Arquivos Brasileiros" e outra para elaborar normas sobre
251 a criação de sites de instituições arquivísticas e instituição de grupo de trabalho em
252 arquivos virtuais no Comitê Gestor da Internet Brasil. Discorreu amplamente sobre a
253 necessidade de se buscar parcerias para desenvolver esses trabalhos, principalmente das
254 universidades, que, a exemplo da Universidade do Rio de Janeiro-UERJ, podem
255 contribuir com a concessão de bolsas de estágio para alunos de seus cursos. Um
256 programa de bolsas dessa natureza beneficiaria não apenas as instituições arquivísticas
257 carentes de mão de obra qualificada, como também os alunos que teriam ótima
258 oportunidade de somar experiência para seus currículos. Referiu-se ainda à remessa do
259 Documento Final da Mesa Redonda aos governadores dos Estados, visando sensibilizá-
260 los e, assim, podermos contar com seu apoio. Concluindo seu relato, o Presidente
261 sugeriu a interrupção da sessão para almoço, esclarecendo mais uma vez que as
262 explicações que acabara de prestar tinham como objetivo oferecer mais subsídios aos
263 Conselheiros que, na parte da tarde, deveriam formular o Plano de Trabalho do
264 Conselho. Após o almoço, o Presidente, dando prosseguimento ao assunto já iniciado na

265 parte da manhã, falou sobre a composição das duas Comissões Especiais, criadas para
266 viabilizar o desenvolvimento de recomendações da Mesa Redonda Nacional de
267 Arquivos: - a do Censo de Arquivos Brasileiros e a da criação de sites e instituição de
268 grupo de trabalho em arquivos virtuais no Comitê gestor da Internet Brasil. Após a
269 nomeação dos membros de cada uma dessas Comissões, o Presidente informou que nos
270 chegou, da Casa de Oswaldo Cruz, proposta no sentido de ser criado, no CONARQ, um
271 grupo de trabalho sobre arquivos médicos. Terminada a leitura do ofício que
272 encaminhou a proposta, o Presidente colocou em votação a proposição e indagou se
273 algum Conselheiro gostaria de se manifestar sobre o assunto ou ainda indicar nomes
274 para integrarem também o grupo de trabalho proposto. O Conselheiro Vivar propôs a
275 inclusão de Luciana Bartollozi, arquivista do Hospital Universitário da Universidade
276 Federal de Santa Maria. A proposta de criação do Grupo de Trabalho de Arquivos
277 Médicos foi aprovada. Em seguida, dirigiu-se à Conselheira Regina Gouvêa que propôs
278 a criação de uma Câmara Técnica de Descrição Arquivística, cuja necessidade se tornou
279 evidente após o curso de Michael Cook e que se transformou em recomendação da
280 Mesa Redonda, conforme se pode verificar no item 19 das Recomendações do evento,
281 na página 13 do Documento Final, tal como se transcreve a seguir: "Constituir, no
282 CONARQ, câmara técnica com a participação de técnicos de diferentes partes do país,
283 com o objetivo de elaborar normas brasileiras de descrição, compatíveis com as normas
284 internacionais". O Presidente indagou se os Conselheiros tinham nomes a indicar para a
285 constituição dessa Câmara Técnica. Foi lembrado o nome de Vitor Manoel da Fonseca.
286 O Conselheiro Vivar demonstrou interesse em participar da Câmara. O Presidente
287 perguntou ao Conselheiro Oswaldo Noman se haveria algum especialista da área de
288 tecnologia da informação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG,
289 ex-MARE, que poderia também trazer o concurso dessa área à Câmara Técnica, a qual,
290 pela sua natureza de órgão permanente, irá consolidando as normas que forem sendo
291 criadas ao longo do tempo, visando sempre a padronização da descrição arquivística que
292 permita o acesso e o intercâmbio de informações em nível internacional. O Conselheiro
293 Vivar lembrou, ainda, que a elaboração das normas de descrição será fundamental para
294 solucionar, também, questões pendentes relativas aos documentos eletrônicos. Isto
295 posto, o Presidente colocou em votação a criação da Câmara Técnica de Descrição
296 Arquivística proposta por Regina Gouvêa, tendo sido a mesma aprovada. A
297 coordenação do CONARQ ficará aguardando a indicação de nomes para compor a
298 Câmara. O Conselheiro Oswaldo Noman sugeriu que os presidentes de Câmaras

299 Técnicas e de Grupos de Trabalho apresentassem seus planos de trabalho ao CONARQ
300 para habilitar os Conselheiros a acompanharem o desenvolvimento de suas atividades,
301 da mesma forma que o CONARQ o fará, conforme previsto na agenda desta reunião.
302 Dando continuidade à programação, e tendo presente que a Sr^a Esther Bertoletti teve
303 dificuldade em comparecer a esta reunião, o Presidente retomou o item 3 da Agenda,
304 que previa a reapresentação da Resolução nº 10 sobre sinaléticas técnicas para
305 microfilmagem de documentos arquivísticos, face às modificações de forma procedidas
306 pela Coordenação do CONARQ. Passou, então, à palavra a Prof^a. Marilena Leite Paes,
307 que justificou as razões das alterações introduzidas no sentido de aperfeiçoar o texto e,
308 conseqüentemente, proporcionar maior clareza à norma, alterações essas aprovadas pela
309 Comissão Especial que elaborou a Resolução, antes de voltar ao Plenário do CONARQ.
310 Continuando, mencionou as principais alterações introduzidas pela Coordenação do
311 Conselho, além das modificações propostas pelo Plenário do CONARQ, reunido no dia
312 12 de julho de 1999, quando foram excluídos os artigos 3º e 4º, bem como alterada a
313 redação das "Considerandos". Em seguida, citou as alterações da Coordenação que
314 constam do novo texto hoje distribuído aos Conselheiros: o Anexo 1 foi reunido ao de
315 nº 4, por terem a mesma finalidade. Da mesma forma, o Anexo 2 foi reunido ao de nº 3,
316 vez que este último reproduz o roteiro de sinaléticas apresentado no quadro constante do
317 Anexo 2. Como conseqüência, o texto da minuta de resolução teve que ser atualizado. A
318 apresentação dos anexos também sofreu uma revisão de forma, a bem da clareza. As
319 sinaléticas contendo exemplos do Arquivo Nacional também foram suprimidas, por se
320 tratar de uma resolução normativa e não de um manual de procedimentos. Alterou-se
321 igualmente o texto da ementa e do artigo 1º em decorrência da fusão dos anexos.
322 Passou, em seguida, às alterações inseridas nos anexos. No Anexo 1 - Símbolos
323 utilizados - ISO 9878/1990, os símbolos foram reunidos em três grupos: "Símbolos
324 obrigatórios a serem utilizados em todos os rolos; "Símbolos obrigatórios a serem
325 utilizados em todos os rolos, caso a documentação tenha continuidade" e "Símbolos
326 obrigatórios a serem microfilmados junto com os documentos, conforme a situação". Da
327 mesma forma, visando a clareza do texto, foi inserida uma observação em nota de
328 rodapé, que contempla as informações sobre fonte e tamanhos das letras a serem
329 utilizadas e que constavam do antigo Anexo 2, agora fundido com o Anexo 3. Quanto
330 aos Anexos 2 e 3 da versão anterior, observou-se que a primeira coluna do Anexo 2
331 intitulada "Sinaléticas" correspondia literalmente ao Anexo 3 - "Roteiro de Sinaléticas",
332 justificando a sua fusão num único anexo, o de nº 2 atual, o qual foi complementado

333 com a introdução do símbolo ISO, objeto do Anexo 1, correspondente à operação
334 referenciada, seguida de uma coluna indicando o "Corpo das letras e números Arial ou
335 similar" e uma coluna contendo "Informações sobre o uso" das sinaléticas. Outro item
336 estranho constante do antigo Anexo 2 diz respeito à palavra "documento" incluída no
337 rol das sinaléticas, sem contudo, qualquer explicação. Na verdade, a inclusão dessa
338 expressão tinha por objetivo indicar o início da microfilmagem, propriamente dita, dos
339 documentos. Esta a razão pela qual o Anexo 2 foi dividido em dois quadros, a saber: "I -
340 Sinaléticas que antecedem à seqüência de documentos a serem microfilmados" e II -
341 Sinaléticas posteriores à seqüência de documentos microfilmados". Concluindo sua
342 explanação disse que a intenção da Coordenação do CONARQ foi de enxugar o texto,
343 conferindo-lhe paralelamente maior clareza. Como o formato da Resolução sofreu
344 várias alterações, embora seu conteúdo tivesse sido mantido intocado, na forma
345 aprovada pelo Plenário, o Presidente decidiu submeter a matéria novamente à
346 consideração do Plenário para que não surjam dúvidas quanto à legitimidade do texto e
347 para que jamais seja alegado que foi aprovado um texto e publicado outro no Diário
348 Oficial da União. O Presidente perguntou, em seguida, se alguém teria alguma coisa a
349 acrescentar. A Conselheira Maria Izabel de Oliveira sugeriu que fossem retiradas do
350 primeiro "Considerando" as expressões "do exercício" e "atividade", e fosse
351 acrescentada a palavra "arquivísticos" após documentos, ficando o texto assim redigido:
352 "Considerando os dispositivos da Lei nº 5.433 de 8 de maio de 1968, regulamentada
353 pelo Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996 e da Portaria MJ nº 58, de 20 de junho
354 de 1996, que tratam da microfilmagem de documentos arquivísticos". Dando
355 continuidade aos trabalhos, o Presidente passou ao último ponto de pauta desta reunião:
356 "Elaboração do Plano de Trabalho do CONARQ a ser desenvolvido de conformidade
357 com as recomendações da Mesa Redonda Nacional de Arquivos", fazendo um relato
358 sobre as razões que inspiraram a realização da aludida Mesa Redonda. Como resultado
359 dos trabalhos desenvolvidas nesse evento, foi elaborado por um grupo pequeno do
360 CONARQ o Documento Final, distribuído aos Conselheiros juntamente com a
361 convocação para a 15ª e 16ª reuniões do Conselho, e do qual constam, além de uma
362 síntese dos temas discutidos e dos problemas apresentados, as moções e recomendações
363 apresentadas pelos conferencistas e aprovadas, pelos participantes da Mesa Redonda. As
364 diretrizes e ações mais específicas foram consolidadas em quadro especial onde são
365 indicadas as ações para curto (1999-2000), médio prazo (2001-2003) e longo prazo
366 (2004-...). Esclareceu, ainda, que um dos conferencistas propôs que esse Documento

367 Final fosse apresentado ao Plenário do Conselho e, no que fosse pertinente, transformar-
368 se em programa de trabalho do CONARQ. O Presidente sugeriu, então, que se
369 procedesse à leitura das recomendações que, como já vimos antes, algumas ações, como
370 a criação de uma Câmara Técnica para elaborar normas brasileiras de descrição,
371 proposta pela Conselheira Regina Gouvêa, foram arroladas dentre as recomendações.
372 Outras recomendações são igualmente interessantes e poderiam integrar o programa de
373 trabalho do CONARQ, bem como permitiria definir quem ficaria encarregado dentre as
374 instituições representadas no Conselho de desenvolver as atividades previstas no plano.
375 Concluída a leitura das recomendações, poder-se-ia elaborar quadro semelhante ao da
376 Mesa Redonda, contendo não só as ações consideradas de interesse para o plano de
377 trabalho do Conselho, como a inclusão de novas ações sugeridas pelos Conselheiros.
378 Neste momento, o Conselheiro Vivar pediu a palavra para contestar as afirmativas
379 constantes do segundo e do sexto parágrafos do item "III. 5 - Deficiência na formação
380 do arquivista e a necessidade de investimento na capacitação dos profissionais que
381 atuam nos serviços arquivísticos governamentais", páginas 8 e 9 do Documento Final da
382 Mesa Redonda, que, na sua opinião, não são verdadeiras e, portanto, não deveriam ter
383 sido incluídas no documento em questão. O Presidente esclareceu que tais informações
384 não foram contestadas quando da sua apresentação. Daí sua inclusão no Documento
385 Final considerado como um problema passível de solução. Voltando às recomendações
386 da Mesa Redonda, o Presidente deu início à leitura das mesmas seguidas de comentários
387 e esclarecimentos sobre cada item, destacando, relativamente à primeira recomendação,
388 as possibilidades de criação de um fundo financeiro destinado a financiar projetos de
389 arquivo. Mencionou em especial os projetos ADAI e ENDESA, este último destinado à
390 capacitação de profissionais, mediante a concessão de bolsas de estudos. Mencionou
391 também as Fundações de Apoio à Pesquisa dos diversos Estados (FAPESP, FAPERJ
392 etc), CAPES e outras instituições de fomento. Argüiu-se também sobre a possibilidade
393 do Banco Mundial disponibilizar recursos para os projetos de arquivo. Quanto à
394 segunda recomendação, referente à implementação de um censo de arquivos brasileiros,
395 a Conselheira Regina Gouvêa informou que os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio
396 Grande do Sul estão fazendo um levantamento sobre os arquivos da região sul. O
397 Presidente sugeriu que a Conselheira Izabel, representante do Arquivo Nacional no
398 CONARQ e presidente da Comissão Especial criada para elaborar o projeto do Censo
399 dos Arquivos Brasileiros, entrasse em contato com os representantes desses estados e
400 examinasse as possibilidades de colaboração mútua. Interrompendo a leitura das

401 recomendações, o Conselheiro Oswaldo Noman pediu a palavra para manifestar sua
402 preocupação relativamente à forma como se pretende elaborar o programa de trabalho
403 do CONARQ. Em sua opinião, não basta listar as ações que se pretende desenvolver. É
404 fundamental que se busque os recursos financeiros indispensáveis à execução dessas
405 ações. Concordando, o Presidente respondeu que a idéia de se definir as ações a serem
406 desenvolvidas tem por objetivo não só buscar os aportes financeiros necessários mas,
407 sobretudo, como já havia mencionado, proceder a uma divisão racional dos trabalhos
408 entre os Conselheiros, visto que, até o momento, todas as deliberações do Plenário vêm
409 sendo desenvolvidas por ele mesmo, pela Prof^a Marilena e pela pequena equipe da
410 Coordenação do Conselho. A intenção de se elaborar o plano de ação do CONARQ é
411 tornar a ação dos Conselheiros mais participativa, que poderão se responsabilizar pela
412 coordenação e desenvolvimento de determinadas ações. A propósito, o Presidente
413 mencionou que alguns grupos de profissionais vêm desenvolvendo estudos sobre a
414 legislação arquivística como, por exemplo, o grupo do Rio Grande do Sul, coordenado
415 pelo Conselheiro Vivar e o de Brasília, coordenado pelo Conselheiro Frederico, com o
416 objetivo de fornecer subsídios ao Plenário do CONARQ. Outra discussão surgida em
417 decorrência da leitura das recomendações foi provocada pelo Conselheiro Noman que
418 indagou da importância de se manter em cada estado a institucionalização e criação de
419 arquivos, especialmente no que concerne à administração do Judiciário e do Legislativo,
420 em todos os níveis. Prosseguiu a leitura, falando sobre a viabilidade de adesão ao
421 SINAR, por meio do CONARQ, dos arquivos das diversas religiões e cultos religiosos
422 existentes no país, de modo especial a constituição, junto a Conferência Nacional dos
423 Bispos do Brasil - CNBB, de uma comissão permanente para a defesa dos bens culturais
424 da Igreja, incluindo arquivos e bibliotecas. A Coordenação do CONARQ está estudando
425 o teor dos termos de adesão que se pretende sejam assinados entre essas instituições e o
426 SINAR com a interveniência do CONARQ. Da mesma forma, o Instituto Histórico e
427 Geográfico Brasileiro demonstrou igual interesse em integrar seus arquivos ao Sistema
428 Nacional de Arquivos e que, posteriormente, tentariam também sensibilizar os demais
429 Institutos Históricos existentes no país, para se filiarem ao SINAR uma vez que são
430 todos detentores de arquivos. Tão logo sejam definidas as obrigações das partes
431 interessadas, o termo de adesão ora em estudos, será encaminhado à CNBB e ao IHGB.
432 Resumindo, o Presidente propôs que, a partir do quadro de "Diretrizes e ações...",
433 aprovado pela Mesa Redonda, poderíamos relacionar as atividades pertinentes ao
434 CONARQ, priorizando quais as que seriam desenvolvidas no ano 2000 e definiríamos

435 as que pudessem ser objeto de um estudo de viabilidade para dar consecução à proposta
436 como, por exemplo, o primeiro item, que se refere à criação de um programa de apoio
437 ao desenvolvimento dos arquivos brasileiros, para o qual são indispensáveis recursos
438 financeiros que o CONARQ não dispõe por não ter personalidade jurídica, uma vez que,
439 pela Lei, é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional. Quanto à possibilidade de ser
440 criado um fundo especial para a implementação do programa referido, informou que os
441 fundos só podem ser criados por lei, e que as autoridades econômicas não estão
442 dispostas a criar fundo nenhum, porque já eliminaram os de baixa lucratividade que
443 existiam, entre eles o do Arquivo Nacional, mantido com o produto das vendas de
444 publicações e de prestação de serviços, hoje substituído por uma rubrica orçamentária
445 de venda de serviços. Assim, os recursos teriam que ser obtidos por intermédio de
446 convênio com uma instituição privada, sem fins lucrativos, mas que teria autonomia
447 para gerenciá-los, como, por exemplo, a Associação Cultural do Arquivo Nacional -
448 ACAN, a Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB etc. O CONARQ criaria um
449 comitê científico que teria a responsabilidade de aprovar os projetos. O Presidente do
450 Conselho encaminharia à presidência dessas instituições pedido de recursos para
451 financiar os projetos. Liberados os recursos, a instituição posteriormente prestaria
452 contas ao CONARQ. O Conselheiro Noman indagou se o Arquivo Nacional se
453 transformasse numa agência executiva ou numa organização social solucionaria os
454 problemas financeiros que vêm dificultando as ações do Arquivo Nacional e do
455 CONARQ como órgão a ele vinculado. O Presidente prestou, então, amplos
456 esclarecimentos sobre as gestões que vem fazendo junto ao governo para transformar o
457 Arquivo Nacional em autarquia, uma vez que é condição sine qua non, ser autarquia ou
458 fundação para se transformar em agência executiva. Concluída a discussão, o Presidente
459 deu prosseguimento à apreciação dos demais itens do quadro de "Diretrizes e Ações do
460 CONARQ, adicionando os esclarecimentos necessários e solicitando informações
461 complementares aos Conselheiros representantes das instituições que deverão
462 compartilhar as ações programadas. Concluída a leitura e análise, item por item, do
463 quadro de "Diretrizes e Ações" aprovado pela Mesa Redonda, o Presidente
464 comprometeu-se a trazer para a reunião de amanhã novo quadro, contendo as ações
465 julgadas pelo Plenário como de competência do CONARQ, acrescido de outras
466 atividades que já foram, ou não, objeto de discussão no Conselho e que ainda não foram
467 implementadas, tais como: criar comissão para examinar com grupos de trabalho
468 regionais a revisão da Lei nº 8.159/91, a Lei de Arquivos; a programação das Câmaras

469 Técnicas e Grupos de Trabalho, que iria sendo construída de conformidade com as
470 exigências de suas próprias atividades; elaboração de um programa de marketing entre
471 outros. Além da apreciação e aprovação do quadro de ações do CONARQ, deverá ser
472 também objeto da reunião de amanhã a definição do calendário de reuniões do Conselho
473 para o ano 2000, bem como o exame da proposta de vários Conselheiros no sentido de
474 realizá-las em datas próximas a algum evento do qual deverão participar, para que não
475 tenham que se deslocar tantas vezes de suas cidades de origem. Outra proposição, já
476 implementada conforme referido no início desta sessão consiste na organização das
477 agendas de forma a distribuir os assuntos a serem tratados não mais em uma só reunião
478 com duas sessões, como vinha ocorrendo, mas em duas reuniões, para, além de se
479 economizar recursos com passagens e diárias dos Conselheiros residentes em outras
480 cidades, dar pleno cumprimento aos dispositivos regimentais do Conselho que
481 estabelece em quatro o número mínimo de suas reuniões anuais. O Conselheiro Noman
482 propôs que as reuniões sejam realizadas em outros locais onde existam experiências
483 interessantes a serem conhecidas. O Presidente informou que sendo a maioria dos
484 Conselheiros residentes no Rio de Janeiro, haveria sérias dificuldades financeiras para
485 sua efetivação. O Conselheiro Vivar sugeriu que a próxima reunião do ano 2000 fosse
486 realizada por ocasião do Seminário Internacional de Arquivos Ibero-Americanos,
487 programado para o início do mês de abril. O Presidente lembrou também, que se
488 poderia agendar uma reunião nos dias que antecedem imediatamente o Congresso
489 Brasileiro de Arquivologia a ser realizado em outubro, na cidade de Salvador. A
490 Conselheira Regina sugeriu que outra reunião poderia ser realizada quando da
491 inauguração do novo prédio do Arquivo Público do Paraná. Enfim, o Presidente
492 informou que, na reunião de amanhã, solicitaria inclusão na agenda da discussão do
493 plano de ação que iria preparar, bem como se definiria o calendário de reuniões à vista
494 dos eventos já programados para o ano 2000. O Conselheiro Vivar solicitou a palavra
495 para sugerir que, no plano de trabalho do CONARQ, seja incluída uma ação do
496 Conselho no sentido de que as universidades públicas de todo o país sejam estimuladas
497 a criarem Cursos Superiores em Arquivologia, o que foi aprovado. Nada mais havendo
498 a tratar a reunião foi encerrada às 18 horas e lavrada a presente ata que vai por mim
499 assinada e pelo Presidente do CONARQ.